

## TERMO DE REFERÊNCIA – COMPRA

### 1. OBJETO

1.1 Aquisição de 1 (um) Aeronave Remotamente Pilotada (RPAs – drones), sem RTK, dotada de câmera térmica, zoom de 56x e com demais acessórios, garantia mínima de 12 meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Aeronave Remotamente Pilotada (RPAs – drones), dotada de câmera térmica, zoom de 56x + <b>KIT de acessórios</b>	01

1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima – art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021).

1.3 A compra enquadra-se no seguinte tipo:

- ☒ Compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras
- ☐ Compra imediata com obrigações futuras
- ☐ Compra sob demanda (com prazo certo, não continuado)
- ☐ Fornecimento contínuo (compra sob demanda, mas continuada).

1.4 Os bens a serem adquiridos são:

- ☒ Itens de patrimônio
- ☐ Itens de consumo
- ☐ Patrimônio e Consumo

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 06 meses, a contar do empenho da despesa.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação é necessária, tendo em vista a pertinência em qualificar as ações operacionais das equipes, possibilitando maior visibilidade e segurança para os Agentes. Destaca-se, ainda, inclusive, situações de plena escuridão, nas quais o uso do equipamento proporcionará maior visibilidade.

Ainda, ocasiões em que necessite visualizar alvos em longas distâncias assim como o acesso aéreo em locais de difícil acesso, ampliando o tempo de resposta e coleta de informações pela equipe responsável.

### **3. SOLUÇÃO**

Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar, visto tratar-se de contratação cujo valor se enquadra no limite do inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o art. 9º do Provimento nº 104/2023 - PGJ.

### **4. ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO**

#### **4.1 Catálogo Eletrônico do Ministério Público:**

- ☐ O produto CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constantes.
- ☐ O produto CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☒ O produto NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

#### **4.2 Marca(s) ou modelo(s)**

- ☐ Não há indicação de marca/modelo (regra).
- ☒ Há indicação de marca/modelo como parâmetro de qualidade.
- ☐ Há indicação de marca/modelo.
- ☐ Existem marcas pré-aprovadas em processo de pré-qualificação (art. 6º, XLIV e art. 80, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21).

#### **4.3 O objeto que se pretende contratar deverá conter as seguintes características:**

4.3.1 Aeronave Remotamente Pilotada (RPAs – drones), dotada de câmera térmica, zoom de 56x + **KIT de acessórios:**

4.3.1.1. Tamanho mínimo diagonal: DOBRADA 380,1mm;

4.3.1.2. Tamanho máximo diagonal (incluindo hélices): 380,1mm;

- 4.3.1.3. Velocidade máxima de subida: 6m/s (modo normal) e 8 m/s (modo Sport);
- 4.3.1.4. Passe precisão na vertical: 0,1m (com sistema visual) e 0,5M (com GNSS);
- 4.3.1.5. Passe precisão na horizontal: 0,3m (com sistema visual) e 0,5M (com GNSS);
- 4.3.1.6. Velocidade máxima no modo ATTI sem vento:15m/s (modo normal);
- 4.3.1.7. Altitude final máxima acima do nível do mar: 6.000 metros;
- 4.3.1.8. Capacidade mínima da bateria (MAH): 5.000MAH.
- 4.3.1.9. Garantia 12 meses;
- 4.3.1.10. Deve incluir os seguintes acessórios: 01(um)controle remoto; 01(uma) bateria extra, considerando que a aeronave já comporta 01 (uma) bateria; 03(três) pares de hélices; 01(um) protetor de Gimbal; 01(um) carregador de bateria; 01(um)cabo de energia; 01(um)cabo USB-C; 01(um)maleta de transporte;**
- 4.3.1.11. Deve ser homologado pela ANATEL;
- 4.3.1.12. Marca equivalente/similar à DJI/MAVIC 3 THERMAL ENTERPRISE.

4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

☒ Foram adotados

Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis.

☐ Não foram adotados

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1 Exigências legais

☐ Foram verificadas e não existem para o objeto

☒ Foram verificadas e são as seguintes:

O Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial nº 94/2017 (RBAC-E nº 94/2017) da ANAC é complementar às normas de operação de drones estabelecidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

### 5.2 Garantia de execução do contrato

Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei.

### 5.3 Programa de Integridade

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

## 6. EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1 Prova do material:

☒ Não

☐ Sim.

### 6.2 Forma de entrega dos bens:

a) Todos os bens deverão possuir qualidade mínima que viabilize seu perfeito e completo uso pela CONTRATANTE.

b) Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável do CONTRATANTE.

c) Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e o menor impacto ambiental no descarte.

### 6.3 Haverá emissão de ordem de fornecimento, nos seguintes termos:

☒ Uma ordem de fornecimento para todo o contrato

☐ Várias ordens de fornecimento, sob demanda, durante a execução do contrato

### 6.4 Prazo da entrega dos bens:

☒ Entrega integral em até 30 dias após a expedição da ordem de fornecimento.

☐ Sob demanda, com quantidades estimadas.

☐ Sem quantidade mínima por pedido.

☐ Com quantidade mínima por pedido

☐ Programada.

6.5 Local de entrega dos bens: Endereço na Rua Santana, 440, Prédio B, 4º andar, bairro Santana, Porto Alegre, fone: 51 3295-8730.

6.5.1 A entrega deve ser efetuada de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 17:00h e deverá ser agendada com antecedência mínima de 2 dias úteis.

6.6 A entrega dos bens deverá observar a quantidade total indicada na Ordem de Fornecimento expedida, dentro do prazo.

6.7 Instalação dos bens/equipamentos (embutida na compra)

☒ Não se aplica.

☐ Haverá instalação.

6.8 Recebimento:

a) provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações;

b) definitivamente, após o recebimento provisório e depois da verificação da sua qualidade, quantidade e consequente aceitação.

6.8.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, os bens serão devolvidos à contratada, que terá o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para providenciar sua substituição.

6.9 Subcontratação:

É vedada a subcontratação.

6.10 Desfazimento/destinação final dos bens

☒ Não se aplica.

☐ Há obrigação acessória vinculada ao desfazimento/destinação final/descarte dos bens.

6.11 Garantia/assistência técnica contratual

12 meses.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**

7.1 A compra será formalizada:

☒ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato

☐ Contrato

7.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal, que acumula as funções de gestor e fiscal.

7.4.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização do contrato:

**FISCAL:** PAOLA FRANCESCA GUIZZO RIGOTTO:

Assessora de Procuradoria de Justiça II

E-mail: [paolarig@mprs.mp.br](mailto:paolarig@mprs.mp.br)

Telefone: 3295-2837

**FISCAL SUBSTITUTO:** NELDO AUGUSTO DOBKE VALADÃO

Analista do Ministério Público – Direito H (Assessor da Administração Superior do MPRS)

E-mail: [neldodobke@mprs.mpr](mailto:neldodobke@mprs.mpr)

Telefone: 3295-8721

7.4.2 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4.4 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotar no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção;

d) comunicará o gestor do contato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

#### 7.4.5 Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:

☒ Não

☐ Sim.

#### 7.5 Obrigações gerais:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e *e-mail*, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

j) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

l) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

## 7.6 Sanções:

7.6.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

a) multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;

b) advertência



- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### 7.6.2 Sanções específicas

- ☒ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.
- ☐ Existem sanções específicas vinculadas ao objeto:

7.6.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

### 8. PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

- ☒ Não
- ☐ Sim.

8.2 O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

8.2.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.2.2 A Nota fiscal deverá ser enviada:

a) Aos cuidados de: Unidade de Apoio Administrativo DTIC, Rua General Andrade de Neves, 106, 9º andar, Centro, CEP 90.010-210, Porto Alegre/RS.

b) Endereço de e-mail: nf-adi@mprs.mp.br

c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51-32958311/8310

8.2.3 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida.

8.2.4 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.2.5 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.2.6 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo dos bens.

8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.5 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.6 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

8.7 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.7.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se refeito).

8.7.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

## **9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

#### **9.1.1 Critério de julgamento**

- ☐ Menor preço global
- ☒ Menor preço unitário

#### 9.1.2 Parcelamento do objeto

- ☐ Há parcelamento do objeto.
- ☒ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

#### 9.2 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa exceção legal:
  - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

#### 9.3 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

##### 9.3.1 Amostra

- ☒ Não será exigida amostra.
- ☐ Será exigida amostra.

##### 9.3.2 Catálogo

- ☐ Não será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.
- ☒ Será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.

9.3.2.1 Serão aceitos os documentos a seguir relacionados como formas de comprovação das especificações dos equipamentos, os quais deverão acompanhar a proposta:

9.3.2.1.1 Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar *url* para comprovação), que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do número de série do equipamento - *partnumber*;

9.3.2.1.2 Catálogos, prospectos, folhetos, manuais e outros documentos emitidos pelo fabricante, em papel ou mídia digital, não sendo aceitos documentos de qualquer natureza produzidos com a finalidade específica de possibilitar e qualificar tecnicamente a proposta da licitante;

9.3.2.1.3 Certificados expedidos por órgãos certificadores, tais como ABNT, UL, FCC, INMETRO e outros, acompanhados da devida tradução se eles não estiverem em língua portuguesa ou inglesa;

9.3.2.1.4 Documentos obtidos pela Internet no site do fabricante do hardware ou do software, cujas páginas deverão ser impressas com a indicação do endereço URL em que foram obtidas;

9.3.2.1.5 Documento oficial emitido pelo fabricante do equipamento, ou pelo seu preposto legal no Brasil, para os casos em que não seja possível a comprovação das características técnicas por meio dos documentos antes relacionados;

9.3.2.2 A falta de comprovação documental, exigida no subitem 9.4.2.1, somente acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta quando não for possível realizar o exame de conformidade do bem ofertado com as especificações estabelecidas no Edital.

#### 9.3.3 Carta de Solidariedade

- Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor).

#### 9.3.4 Laudos e/ou Declarações

- ☐ Não serão exigidos laudos e/ou declarações.
- Serão exigidos laudos e/ou declarações.

9.3.4.1 Declaração da licitante de que é empresa autorizada pelo fabricante a comercializar os produtos e serviços ofertados.

9.3.4.2 Declaração da licitante de que ciente o fabricante dos equipamentos de todos os termos e condições deste edital, especialmente os referentes à prestação dos serviços de garantia.

9.3.4.2.1 Caso os serviços de garantia não sejam prestados pelo fabricante da solução, deverá ser apresentada declaração de que a Licitante, ou a empresa por ela designada,

está autorizada a prestar serviços de manutenção nos equipamentos componentes da solução ofertada.

9.3.4.3 Responsável técnico pela análise das exigências determinadas neste tópico: pelo servidor Ricardo Frazão Specht, com o endereço na Rua Santana, 440, Prédio B, 4º andar, bairro Santana, Porto Alegre, fone: 51 3295-8833.

#### 9.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

☒ Não será exigida qualificação técnica

☐ Será exigida qualificação técnica

#### 9.5 CONSÓRCIO

☒ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.

☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.

☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

#### 10. ESTIMATIVA DO VALOR

O valor unitário estimado para a aquisição do produto referente ao presente Termo de Referência é de R\$ 42.662,25.